



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 70, DE 2012

(nº 368/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

Os méritos da Senhora Ana Maria Sampaio Fernandes que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Delmiro Góes", is written over a stylized, decorative flourish.

EM nº 00223/2012 MRE

Brasília, 25 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Exceléncia a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República da Namíbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Exceléncia, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM N° 00223 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 25 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República da Namíbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES

CPF.: 43294278772

ID.: 7292 MRE

1949 Filha de Octavio José Fernandes e Maria Apparecida Sampaio Fernandes, nasce em 24 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1973 Letras, Português e Francês, pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1981 CAD, IRBr
2003 CAE, IRBr, Cooperação Fronteiriça. Aspectos Institucionais. Os Comitês de Fronteira

Cargos:

- 1977 Terceira-Secretária
1980 Segunda-Secretária
1986 Primeira-Secretária
1993 Conselheira
2004 Ministra de Segunda Classe

Funções:

- 1977 Divisão de América Meridional I, assistente
1979 Divisão de Informação Comercial, assistente
1983 Missão Junto à ONU, Nova York, Segunda-Secretária
1986 Embaixada em Santiago, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária
1990 Secretaria-Geral de Política Exterior, Coordenadora-Executiva, substituta
1992 Secretaria-Geral de Assuntos Econômicos, assessora
1992 Divisão de Organismos Econômicos, Chefe, substituta
1993 Embaixada em Washington, Conselheira
1997 Embaixada em Montevidéu, Conselheira
2000 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, Chefe
2004 Embaixada em Londres, Ministra-Conselheira
2008 Embaixada em Nairobi, Embaixadora

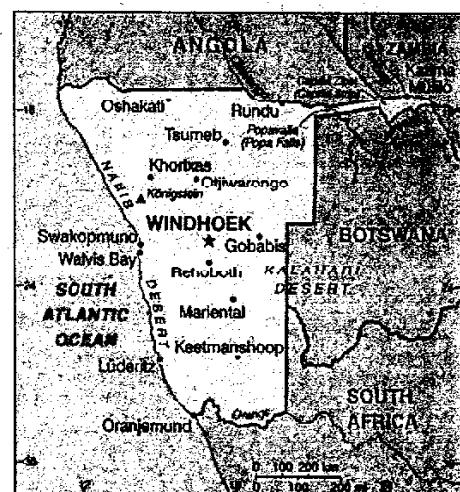
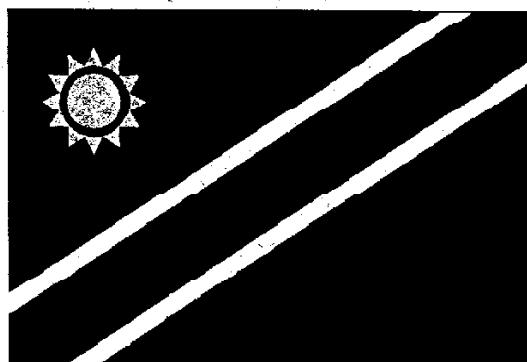
Condecorações:

- 1980 Orden del Águila Asteca, México, Insígnia
1980 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Cavaleiro
1980 Orden de Mayo, Argentina, Gran Maestre
1987 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1993 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1997 Medalha do Pacificador, Brasil
2001 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2003 Ordem de Rio Branco, Comendador


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA NAMÍBIA



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012**

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	7
COMÉRCIO BILATERAL.....	8
INVESTIMENTOS	10
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	12
COOPERAÇÃO NAVAL	12
OUTROS TEMAS DE COOPERAÇÃO.....	13
ASSUNTOS CONSULARES.....	17
POLÍTICA INTERNA.....	17
ECONOMIA	21
POLÍTICA EXTERNA.....	25
ANEXOS	31
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PAÍS.....	31
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	32
ACORDOS BILATERAIS	34
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS.....	35

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Namíbia
CAPITAL:	Windhoek
ÁREA (2010 – BM):	823.290 km ² (aproximadamente a somá das áreas de São Paulo e da região Sul do Brasil)
POPULAÇÃO (est. 2010 – BM):	2,283 milhões (aproximadamente a população do Estado de Sergipe)
IDIOMAS:	Inglês (oficial), africâner, alemão e línguas nativas (oshiwambo, herero, nama, etc)
RELIGIÕES:	Luteranismo (50%); outras denominações cristãs (35%); religiões tradicionais africanas (15%)
SISTEMA POLÍTICO:	Presidencialismo
CHEFE DE ESTADO:	Hifikepunye Pohamba (desde mar/2005)
CHEFE DE GOVERNO:	Nahas Angula (desde mar/2005)
CHANCELER:	Utoni Daniel Nujoma (desde mar/2010)
EMBAIXADOR EM WINDHOEK:	José Vicente Lessa (desde jun/2009)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Lineekela Mboti (desde nov/2010)
PIB (est. 2010 – BM):	US\$ 12,17 bilhões
PIB per capita (est. 2010 – BM):	US\$ 5.330,00
PIB PPP (est. 2010 – BM):	US\$ 14,78 bilhões
PIB PPP per capita (est. 2010 – BM):	US\$ 6.474,00
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar namibiano
IDH (2011 – PNUD):	0,625 (120º de 187 países analisados)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011 – PNUD):	62,5 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2011 – PNUD):	88,5%
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	115 cidadãos

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL → NAMÍBIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	3,79	10,08	11,55	12,89	12,75	16,60	23,05	52,41	19,65	25,63
Exportações	3,79	9,92	11,46	12,87	12,64	16,53	22,98	52,41	19,43	24,37
Importações	-	0,15	0,08	0,02	0,11	0,07	0,07	-	0,21	1,26
Saldo	3,79	9,76	11,37	12,85	12,53	16,46	22,92	52,41	19,21	23,10

PRINCIPAIS BIOGRÁFICOS

Hifikepunye Lucas Pohamba *Presidente*

Nasceu em 18 de agosto de 1935. Em 1960, participou da fundação da SWAPO. Exilado e preso, acabou retornando com Sam Nujoma à Namíbia em 1966. De 1977 a 1989, foi Secretário de Finanças da *South Western Africa People's Organization* (SWAPO) e chefe das operações do grupo em Luanda (1982-89). Desde a independência, ocupou diversos postos ministeriais. Em 1997, foi eleito Secretário-Geral da SWAPO e, em 2002, com o apoio de Sam Nujoma, foi eleito vice-presidente da SWAPO. Foi eleito Presidente da República em 2004, com 76,4%. Em 2009, foi reeleito com 75% dos votos, para mandato até 2014.

Nahas Angula Primeiro-Ministro

Nascido em 22 de agosto de 1943 em Onyaanya, Nahas Angula formou-se em Educação na Universidade da Zâmbia e realizou estudos de pós-graduação na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e na Universidade de Manchester, no Reino Unido. É membro de diversas associações de pesquisadores nas áreas de educação e promoção do desenvolvimento e da paz.

Nahas Angula tem tido atuação de destaque na vida política da Namíbia: liderou a delegação de oficiais do *People's Liberation Army of Namibia* (PLAN) responsável pela negociação do acordo de cessar-fogo entre a *South Western Africa People's Organization* (SWAPO) e a África do Sul, em 1989 e, como membro da Assembléia Constituinte, participou da elaboração da Constituição do país. Angula foi também um dos três nomes cogitados para ocupar a posição de candidato presidencial da SWAPO nas eleições de 2004.

Angula é o terceiro Primeiro-Ministro namibiano desde a independência do país, e o primeiro desde a assunção do Presidente Hifikepunye Pohamba, em março de 2005. Antes de assumir o cargo, foi Ministro da Educação da Namíbia e, sob os auspícios da ONU, foi Secretário para Educação e Cultura em Luanda, em 1981.

Utoni Daniel Nujoma
Ministro das Relações Exteriores

Filho mais velho do aclamado "fundador da pátria", Sam Nujoma, Utoni Daniel nasceu em 9 de setembro de 1952. Entre 1974 e 1987, foi combatente do *People's Liberation Army of Namibia*. De 1987 a 1991, Utoni Nujoma estudou Direito no Reino Unido e na Suécia. De volta à Namíbia, serviu no Ministério da Justiça. Emergiu como um dos mais votados em 2004 para a Assembleia Nacional e foi designado vice-ministro da Justiça. Os principais temas de interesse de Utoni Nujoma em sua carreira têm sido: Direito Internacional Público, Direitos Humanos, Comércio e empoderamento de comunidades historicamente desfavorecidas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde a década anterior à independência da Namíbia, o Governo brasileiro mantinha contatos com a SWAPO (“Organização do Povo da África do Sudoeste”), principal movimento libertador do país. Nesse contexto, Sam Nujoma, o principal líder da Organização, realizou visita ao Brasil em março de 1987, ocasião em que foi recebido pelo então Presidente da República, José Sarney. Em 1989, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito das Nações Unidas, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência da Namíbia.

Com a independência do país, em 1990, as relações bilaterais iniciaram-se formalmente, por meio da criação da Embaixada brasileira na Namíbia e da visita oficial do Presidente Fernando Collor a Windhoek, no ano seguinte. Ao longo da década de 1990, a relação entre os dois países adensou-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995, no contexto da Reunião da Comissão Mista, que se realizou em Brasília e contou com a presença do Ministro de Negócios Estrangeiros namibiano, Theo Ben-Gurirab. Ainda em 1995, o Presidente Sam Nujoma realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve compromissos oficiais em Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Quatro anos depois, o Presidente Sam Nujoma voltou a realizar viagem oficial a Brasília.

A década de 2000 também representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2001, por meio da assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica, renovou-se o principal instrumento de cooperação entre os dois países. Em 2003, além da abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília, ocorreram duas visitas oficiais à Windhoek: em maio, do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e, em novembro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, as relações bilaterais têm se aprofundado, inclusive na área comercial. Em junho de 2004, o Presidente Sam Nujoma esteve novamente no Brasil, acompanhado de delegação empresarial e de altas autoridades do Governo, entre as quais o então Ministro das Terras, Reassentamento e Reabilitação, Hifikepunye Pohamba.

Logo após sua eleição em 2004, o Presidente Pohamba afirmou que esperava que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só em nível político, mas também – e principalmente – no âmbito econômico-comercial. Em março de 2005, o então Vice-Presidente José Alencar realizou visita à Namíbia, por ocasião da posse de Pohamba. Em setembro de 2008, o Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Namíbia. No ano seguinte, o Presidente Hifikepunye Pohamba também realizou visita ao Brasil. Finalmente, em julho de 2011, o Ministro Antonio Patriota esteve em Windhoek, ocasião em que foram passados em revista os principais temas

da relação bilateral, além de estendido convite ao Chanceler Utoni Nujoma para realizar visita ao Brasil. Este realizou visita oficial ao Brasil no dia 30 de maio do corrente, ocasião em que manteve encontros com o Ministro da Defesa, Celso Amorim, com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, bem como com o Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella. Entre os principais temas abordados durante os encontros, podem ser destacados a cooperação naval e o apoio brasileiro ao levantamento da plataforma continental namibiana; a atuação da Petrobras e da HRT na Namíbia e a expectativa de que a presença brasileira no país possa ser estendida para setores como mineração, beneficiamento de diamantes e a modernização do porto de Walvis Bay; o interesse namibiano em tornar-se membro-observador da CPLP; e as perspectivas de realização de missões técnicas na área da pesca e da aquicultura. O Ministro Nujoma transmitiu, ademais, convite do Presidente Pohamba à Presidenta Dilma Rousseff, para realizar visita à Namíbia oportunamente.

Comércio Bilateral

O intercâmbio comercial bilateral em 2011 alcançou US\$ 25,6 milhões, registrando crescimento de 30% em relação ao ano anterior. Em 2009, havia sido atingido o maior fluxo comercial entre os países, no valor de US\$ 52,4 milhões e crescimento de 127% em relação a 2008. No âmbito regional o fluxo bilateral é pouco representativo: a participação da Namíbia no total das trocas brasileiras com a África Subsaariana, em 2011, foi de apenas 0,1%.

Em 2011, as exportações brasileiras para a Namíbia cresceram 25% em relação a 2010, passando de US\$ 19,4 milhões para US\$ 24,4 milhões. Bens manufaturados prevalecem, tradicionalmente, na pauta exportadora bilateral brasileira. Embarcações flutuantes foram os produtos com maior representatividade (25%), seguidas por móveis (20%); açúcares e produtos de confeitoraria (12%); e máquinas mecânicas (11%). Segundo o MDIC, cem empresas efetivaram vendas para a Namíbia em 2011, com destaque para a Empresa Gerencial de Projetos Navais, a Agrale, a Energy, a Sadia e a Conex Móveis.

No ano passado, as importações brasileiras originárias da Namíbia cresceram 477% em relação a 2010, saltando de US\$ 219 mil para US\$ 1,3 milhão. A pauta de produtos provenientes daquele país, em 2011, foi concentrada em produtos básicos. Os principais produtos adquiridos foram peixes e crustáceos, US\$ 976 mil, representando 77% do total (crescimento de 380% em relação ao ano anterior); e plantas industriais e medicinais, US\$ 274 mil, equivalentes a 22% do total (crescimento de mais de dois mil por cento). As empresas que mais se destacaram foram a Leardini Pescados e a Anidro Indústrias Alimentícias e Farmacêuticas.

O saldo da balança comercial é, portanto, historicamente favorável ao Brasil, com superávits de US\$ 52,4 milhões em 2009; US\$ 19,2 milhões em 2010; e, US\$ 23,1 em 2011.

O setor de maquinário e insumos agrícolas tem se mostrado especialmente promissor para o comércio bilateral, em virtude da opção por equipamentos agrícolas brasileiros como "standards" nos planos de desenvolvimento agrário da Namíbia. Por ocasião do Encontro Brasil-Africa de Ministros de Agricultura, o Ministério namibiano manifestou desejo de firmar um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica no campo da agricultura que possibilite respaldo jurídico para a compra de máquinas e equipamentos brasileiros por parte de estatais namibianas. O aludido Memorando foi assinado com a ABIMAQ ainda em 2010 e alguns equipamentos já foram adquiridos. Em setembro de 2011, delegação namibiana chefiada pelo Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Sr. Andrew Ndishishi, visitou o Brasil, com vistas a adquirir e inspecionar o embarque de equipamentos e insumos agrícolas das empresas *Agrale*, *Jumil* e *Baldan* e analisar oportunidades de investimento. Na ocasião, o Governo namibiano demonstrou interesse em beneficiar-se do Programa "Mais Alimentos África", gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e que prevê a destinação de créditos sob a forma de equipamentos agrícolas a países possuidores de política de fomento à agricultura familiar.

O interesse namibiano na intensificação das trocas comerciais bilaterais manifestou-se ainda pelo anúncio de abertura de um escritório de representação do *Walvis Bay Corridor Group* no Brasil em 2012. A iniciativa de promover o porto de *Walvis Bay*, especializado em manuseio de cargas, logística e serviços de transportes, é essencial ao projeto de elevar a Namíbia à condição de grande via de escoamento de mercadorias na África Austral.

Durante a Comista de julho de 2011, os países comprometeram-se a trocar seus calendários anuais de feiras e exposições. A Namíbia ainda convidou o MDIC a enviar uma missão comercial no primeiro semestre de 2012. Outro interesse namibiano manifestado na Comista de 2011 foi o de que se finalize a minuta de Memorando de Entendimento entre Apex-Brasil e Namíbia Investment Centre (NIC), cujas negociações foram iniciadas em 2008.

Ainda em 2011, a empresa aérea Air Namíbia arrendou três aeronaves da Embraer para recompor sua frota, e manifestou interesse em adquirir futuramente mais uma.

Apesar das boas perspectivas de ampliação do comércio bilateral, tem havido constante preocupação da Namíbia com dificuldades relativas à validação de suas cartas de crédito pelos bancos brasileiros, em razão da ausência de um convênio interbancário entre os dois países. Tais dificuldades têm constituído empecilho à intensificação do comércio bilateral, na medida em que oneram os custos de operação.

Investimentos

Em 2007, o Banco Mundial considerou a Namíbia o terceiro país africano mais amigável (“most-friendly country”) à atração e à garantia de investimentos externos, atrás de Ilhas Maurício e África do Sul. Segundo dados da UNCTAD, em 2010, o fluxo de investimento para a Namíbia somou US\$ 858 milhões. No mesmo, ano o estoque de IED totalizou US\$ 5,29 bilhões.

Durante o evento “Namibia International Investment Forum”, realizado em Windhoek em novembro de 2011, o Presidente da Namíbia, Sr. Hifikepunye Pohamba, enumerou os vários campos que, ao lado dos tradicionais setores do turismo, da agricultura e da mineração, se abrem aos investimentos externos: “as novas fronteiras são os serviços, a construção de estradas, a modernização das telecomunicações, a geração de eletricidade, a mineração do urânio, o gás e os hidrocarbonetos”. As empresas brasileiras *HRT*, *Petrobras* e *Queiroz Galvão* participaram do referido fórum.

De acordo com o Banco Central do Brasil, o Brasil investiu US\$ 31 milhões na Namíbia em 2011, e não há registro de investimentos diretos da Namíbia no Brasil. Os capitais brasileiros invertidos na Namíbia concentram-se especialmente em projetos de prospecção de petróleo e em obras de infraestrutura.

Petróleo - O Brasil teve participação na recente descoberta de possíveis depósitos de petróleo na plataforma marítima da Namíbia, por meio do consórcio *HRT Oil and Gas*, formado pela brasileira *HRT* e pela canadense *Universal Power Corp.* O consórcio ganhou concessão de permissão de prospecção de petróleo em três blocos localizados na plataforma continental namibiana. O contrato de prospecção prevê investimento inicial de US\$ 150 milhões. Em parceria com a empresa namibiana *UNX Energy Corporation*, a *HRT* prevê investimentos de US\$ 750 milhões para exploração de petróleo. Esse investimento seria o maior no setor petrolífero namíbio até o presente momento. Estima-se que cerca de 10 mil barris diários possam ser produzidos a partir de 2013.

A *Petrobrás*, por sua vez, mediante parceria assinada em maio de 2009 com a subsidiária da empresa britânica *Chariot Oil and Gas (Enigma Oil and Gas)* e com a *British Petroleum*, é a operadora na exploração do bloco 2714A (área de aproximadamente 5,5 km²), na bacia de Orange. Em outubro de 2011, representantes da empresa estiveram em Windhoek para ultimar entendimentos com o Ministério de Minas e Energia para instalação de escritório da Petrobras naquela capital e dar início a suas atividades no país.

Criada em 2006, a *Cowan Petróleo e Gás S.A.*, braço do grupo mineiro *Cowan*, adquiriu em novembro deste ano dois blocos na bacia de Lüderitz, no pré-sal da Namíbia. Tem 85% dos blocos em associação com a *Namcor*, empresa estatal namibiana.

Os depósitos descobertos podem chegar a quase 12 bilhões de barris de petróleo, aos quais se somam estimativas de mais 16 bilhões de barris sob a área de exploração da empresa britânica Chariot Oil and Gas. Ao todo, o Ministério de Minas e Energia namíbiano estima as reservas potenciais de petróleo em cerca de 44 bilhões de barris, o que colocaria a Namíbia entre os cinco maiores produtores de petróleo do continente africano, juntamente com Angola, Nigéria, Líbia e Argélia. Estima-se que, junto às reservas petrolíferas “offshore”, possam ser descobertas grandes reservas de gás natural, de maneira a viabilizar comercialmente a produção de gás no país. O único campo com reservas comprovadas de gás natural segue sendo o de Kudu, na costa sul do país (39,6 bilhões de m³).

Infraestrutura - Importante alvo dos investimentos brasileiros, a construção de hidrelétrica no rio Cunene é objeto de interesse de consórcio de empresas brasileiras - *Eletrobrás, Odebrecht, Furnas* e *Engevix*. O consórcio submeteu aos Governos de Angola e da Namíbia proposta de financiamento de anteprojeto para a construção da usina e, em 2007, retomou a elaboração de estudo da bacia do rio Cunene, ampliando trabalhos que haviam sido realizados anteriormente, de modo a abranger também avaliação do impacto ambiental da hidrelétrica e do aproveitamento da água do reservatório pelos dois países. Autoridades de ambos os países manifestaram interesse no desenvolvimento do projeto e, em 24 de junho de 2008, o consórcio brasileiro assinou contrato com os governos da Namíbia e de Angola para o estudo de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Baynes, no rio Cunene. Entretanto, em 2010, *Furnas* e *Eletrobrás*, insatisfeitas com a morosidade com que os estudos iniciais do projeto vêm sendo desenvolvidos (mormente em razão da importância diferenciada conferida à iniciativa pelos lados angolano e namibiano), passaram a manifestar interesse em se retirar da parceria.

A *Odebrecht* confirmou, em março de 2011, ter desistido de participar de outro projeto hidrelétrico na Namíbia, em consórcio com firmas namibiana e espanhola. A decisão da *Odebrecht* teria decorrido da atual indisponibilidade de recursos técnicos e humanos, mas seria resultado, também, de alteração das condições propostas inicialmente para a participação da empresa brasileira. Durante a Comista de julho de 2011, no entanto, o interesse na construção foi reafirmado por ambos os governos.

Mineração - Autoridades namibianas têm manifestado reiteradamente interesse em receber investimentos brasileiros na área de mineração. Embora rico em recursos minerais (como urânia), o país carece de know-how e capitais. A exploração do fosfato marinho, por exemplo, é uma vertente nova e altamente promissora no panorama da indústria minadora da Namíbia. A empresa namibiana *Polux Investments Ltda.* realizou contato com a *Vale*, no final de 2010, com vistas à instalação de uma fábrica de fosfato marinho no país. Para tanto, a *Polux* deseja formar uma joint venture, na qual a *Vale* aportaria recursos técnicos e/ou financeiros.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos da Namíbia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior

Cooperação Naval

O relacionamento com a Namíbia está influenciado pela vocação atlântica dos dois países, e a cooperação naval constitui o principal tema da agenda bilateral. A Namíbia é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e tem interesse na dinamização de suas atividades. Para a Namíbia, a Organização é importante, na medida em que garante a desnuclearização do Atlântico e tem capacidade de induzir o crescimento da cooperação e do intercâmbio regional, inclusive no combate ao tráfico de entorpecentes.

A cooperação naval existente entre os países inclui treinamento de pessoal, construção de base naval, construção naval e o apoio técnico para o levantamento da plataforma continental. O Acordo de Cooperação Naval, assinado entre o Brasil e a Namíbia em 1994 e renovado em dezembro de 2001, embasa as demandas namibianas. Sob a proteção do referido acordo, o Contra-Almirante namíbio Peter Vilho participou da expedição brasileira à Base Comandante Ferraz, em fevereiro de 2012.

Treinamento de Pessoal - Todos os postos de comando das forças navais da Namíbia receberam treinamento no Brasil. Ao longo dos últimos anos, 566 oficiais e praças foram formados e completaram estágio em diversos estabelecimentos de ensino e navios da Marinha do Brasil. Os oficiais frequentaram cursos em diferentes áreas – formação de marinheiros, formação de sargentos, guerra anfibia, controle de tráfego marítimo e enfermagem médica-cirúrgica – em 10 OMs (Organizações Militares brasileiras) distintas.

Construção Naval - O navio-patrulha “Brendan Simbwaye” foi entregue em 2009, em Fortaleza, em cerimônia que contou com a presença do Ministro da Defesa da Namíbia. Está sendo negociado e prestes a ser firmado, ademais, contrato para aquisição de armamentos para a embarcação, assim como de navio-patrulha brasileiro. Durante a Comissão Mista de julho de 2011, o Brasil ofereceu à Namíbia a possibilidade de aquisição de um novo navio por intermédio de linha de crédito específica.

Além disso, por ocasião da visita do Presidente Lula à Namíbia, em novembro de 2003, foi feita doação (efetivada em 2005) de embarcação brasileira às Forças de Defesa namibianas.

Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) - No que respeita ao LEPLAC, o Governo da Namíbia solicitou apoio do Governo brasileiro para realizar, à luz dos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o delineamento de sua plataforma continental jurídica (PCJN). Ressalta-se o grande interesse namibiano no tema, visto que suas maiores riquezas (além do gás natural) localizam-se, sobretudo, na zona costeira do país, de grande potencial ainda incipiente.

Em 2002, foi firmado contrato com o governo namibiano para execução do LEPLAC. Com a ajuda da empresa brasileira EMGEPRON, o projeto, orçado em US\$ 12 milhões, resultou na elaboração do Relatório de Submissão às Nações Unidas, que foi apresentado à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU em maio de 2009. Em visita em maio de 2011, o Ministro de Terras e Reassentamento da Namíbia solicitou continuidade do apoio do Ministério da Defesa brasileiro na preparação de resposta aos questionamentos que deverão ser feitos pela Comissão quando da análise do relatório namibiano.]

Outros temas de cooperação

A visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Namíbia, em novembro de 2003, constituiu um marco para a cooperação técnica bilateral. Na ocasião, firmaram-se oito instrumentos de cooperação, nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano, esportes, pesquisa mineral, educação, saúde e cultura. Nos últimos anos, missões foram realizadas de parte a parte, com resultados parciais encorajadores. Não obstante, alguns contatos foram descontinuados em virtude de dificuldades de agenda, com adiamentos *sine die* de novas missões destinadas a implementar diversos projetos e ações concebidas nos encontros prévios.

Nesse cenário, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Namíbia realizada em 11 e 12 de julho de 2011, constituiu ocasião ideal para proporcionar novo estímulo à cooperação, com base nos grandes temas de interesse da Namíbia: 1) cooperação agrícola, especialmente a importação de máquinas e equipamentos; 2) cooperação em políticas sociais; 3) cooperação em pesca e aquicultura; 4) cooperação na área da saúde; 5) promoção de investimentos brasileiros na Namíbia, com destaque para o setor mineral; e 6) utilização do porto de *Walvis Bay* como porta de entrada de produtos brasileiros para a África austral.

Defesa - Com escopo mais amplo do que o Acordo de Cooperação Naval de 1994, foi assinado, em 1º de junho de 2009, por ocasião da visita do Ministro da Defesa Nelson Jobim à Namíbia, Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa. O acordo abre uma nova frente de atuação sul-sul, permitindo a elaboração de uma posição estratégica conjunta para a exploração de riquezas do Atlântico Sul. Em julho

de 2011, o Brasil ratificou o Acordo, que depende da ratificação namibiana para entrar em vigor.

Agricultura - Em 2006 executou-se projeto intitulado "Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas", que tinha por objetivo fomentar a capacidade de geração e adaptação de tecnologias direcionadas ao desenvolvimento da cultura de frutas subtropicais e da produção de leguminosas para o consumo humano e animal. Desde o ano de 2009 o Governo namibiano vem solicitando uma segunda etapa do projeto de frutas subtropicais e leguminosas. Conforme acordado na Comista de julho de 2011, a ABC aguarda a definição do Ministério da Agricultura da Namíbia, quanto ao escopo do novo projeto.

O Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Águas e Florestas (MAWF), Andrew Ndshishi, solicitou o apoio da Embaixada para obter a assistência de dois especialistas em "desenvolvimento institucional" da Embrapa na reorganização do *Namibian Agricultural Research System*, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica, de 23 de outubro de 1998. Espera-se que a cooperação com a Embrapa tenha agora também uma dimensão de cooperação institucional, dado que, em fins de 2009, o Gabinete autorizou o MAWF a consolidar o sistema nacional de pesquisa num novo Instituto de Pesquisa Agrícola da Namíbia, com mandato para coordenar todas as atividades no país. Durante a II Reunião da Comista, a Embrapa informou que um especialista no assunto poderia integrar futura missão ao país para avaliar possibilidades de cooperação na área.

O Ministro de Terras e Reassentamento da Namíbia, Alpheus Naruseb, visitou o Brasil entre os dias 16 e 20 de maio de 2011. Durante a visita, encontrou-se com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence, a quem transmitiu o interesse namibiano de cooperar na área de reforma agrária, principalmente com o empoderamento dos cidadãos recém-assentados. Ademais demonstrou interesse especial no 'Programa Mais Alimentos África'. Em novembro de 2011, por solicitação do Governo namibiano, a ABC enviou missão a Windhoek com o objetivo de negociar a participação daquele país no 'Programa Mais Alimentos África'. Ademais de apresentar o escopo do programa – que inclui aquisição de maquinário agrícola –, iniciaram-se negociações para a implementação do projeto "Capacitação e transferência metodológica para o Programa Mais Alimentos África na Namíbia", com o objetivo de capacitar e transferir tecnologia para a promoção de ações de desenvolvimento agrícola local e de apoio à agricultura familiar. Apesar do interesse manifestado na ocasião, a cooperação ainda depende de uma posição oficial do Governo namibiano.

Desenvolvimento Urbano e Gerenciamento de Resíduos Sólidos - O Ajuste complementar relativo ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia deu origem a projetos de cooperação nos setores de: construção de moradias para população de baixa renda, inclusive formulação de políticas habitacionais correspondentes; e de gerenciamento de resíduos sólidos. Os projetos, coordenados pela ABC e executados

pela Caixa Econômica Federal, desenvolveram-se com notável dinamismo, através de cursos, palestras, apresentações e trabalhos de campo, reunindo equipes do Brasil e da Namíbia.

Entre 28 de novembro e 5 de dezembro de 2009, missão conjunta ABC/CEF esteve na Namíbia para a apresentação da Fase II do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia”, com ênfase na construção de habitações solo-cimento. O projeto já está assinado. O Ajuste Complementar que o respalda foi assinado durante a II Reunião da Comista e a Caixa Econômica já se colocou à disposição para iniciar o projeto.

Atendendo a solicitação do Governo namibiano, a ABC enviou missão à Namíbia em maio de 2010, juntamente com representantes da UFRJ, a fim de elaborar proposta de projeto na área de gestão de resíduos sólidos. A referida demanda refere-se especificamente à cooperação nas áreas de coleta e eliminação de resíduos sólidos; reciclagem, reutilização, redução e recuperação de lixo; segregação de lixo; envolvimento de grupos comunitários no manuseio de resíduos sólidos; tipos diferentes de lixões e da operação de manuseio deles; e manuseio de resíduos sólidos em práticas ambientais sustentáveis. O Ajuste Complementar para Implementação do Projeto “Gestão de Resíduos Sólidos na Namíbia” foi assinado em maio de 2011. A execução da primeira atividade realizou-se em outubro de 2011, com a vinda de 8 técnicos namibianos ao Brasil. A próxima atividade prevê a ida de engenheiros da UFRJ a Namíbia, que deverá ocorrer em abril de 2012.

Saúde - Na área de combate ao HIV/AIDS, as tentativas de implementação do Memorando de Entendimento e do Protocolo de Intenções encontram dificuldades referentes à ausência de consenso sobre o estabelecimento de um protocolo de tratamento, à escassez de informações oferecidas pela parte namibiana e a carências locais para a aplicação de medidas profiláticas. Em maio de 2006, foi enviada missão técnica à Namíbia, que identificou áreas em que seria possível fixar um plano de trabalho. A cogitada visita de missão namibiana ao Brasil, contudo, ainda não se concretizou. Durante a II Reunião da Comissão Mista, os dois lados concordaram em retomar os contatos. Em novembro de 2011, foi realizada visita de estudos de 3 representantes do Ministério da Saúde da Namíbia ao Brasil, com o objetivo de conhecer o Programa Nacional de Combate ao HIV/AIDS, principal política brasileira na área.

Educação - O país faz parte dos Programas Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). No âmbito do PEC-G, de 2000 a 2012, o Brasil selecionou apenas 2 estudantes oriundos da Namíbia. No PEC-PG, foram selecionados também 2 estudantes no mesmo período. Destaque deve ser dado ao fato de que a Namíbia não tem candidatos selecionados para qualquer um dos Programas desde o ano de 2001.

Encontra-se vigente, desde 2003, Protocolo de Intenções Sobre Cooperação Educacional, que prevê, além da participação do país no PEC-G, a

transferência de metodologias brasileiras para evitar evasão escolar, o intercâmbio de experiências na área de educação à distância, o apoio à formação de professores, entre outros.

Por ocasião da II Reunião da Comissão Mista, foram assumidos os compromissos de: a) cooperar em setores como desenvolvimento de currículos, garantia de qualidade, e financiamento e acesso ao nível superior; e b) promover o contato de instituições de pesquisa e desenvolvimento dos dois países, mediante mobilidade acadêmica.

Esportes - Foi enviado pela parte namibiana, em janeiro de 2012, Projeto de Memorando de Entendimento sobre cooperação esportiva, atualmente em análise no Ministério do Esporte. O Memorando substituiria o anterior, firmado em novembro de 2003, que expirou em novembro de 2009.

Cooperação Jurídica - Encontram-se em fase inicial de negociação acordos bilaterais de cooperação jurídica em matéria penal e civil, assim como acordo de extradição. A iniciativa surgiu durante a II Comista de 2011, quando o Governo namíbio mostrou-se disposto a negociar acordos de extradição e de cooperação jurídica em matéria penal. Em janeiro de 2012, o Ministério da Justiça brasileiro foi consultado sobre o assunto, e demonstrou interesse em negociar os aludidos acordos, em especial o de extradição.

Difusão da Língua Portuguesa - Há uma grande demanda por estudos da língua, não apenas pela proximidade deste país com Angola, como também pela atração exercida pelo Brasil na comunidade empresarial local. A procura tende a fazer aumentar a oferta de cursos.

O Brasil avalia a possibilidade de abrir um Centro de Estudos Brasileiros em Windhoek para difundir o uso da Língua Portuguesa e expandir o número de estudantes em intercâmbio com instituições de ensino do Brasil, uma vez que o domínio da língua representa um dos maiores obstáculos para essa ampliação.

Transportes Aéreos - Representantes de Governo e da empresa *Air Namibia* manifestaram interesse em negociar Acordo de Serviços Aéreos com o Brasil, o qual deverá permitir o estabelecimento de rota Windhoek-São Paulo. O interesse namíbio foi levantado por ocasião da II Reunião da Comissão Mista, em julho de 2011, ocasião em que autoridades de aviação civil dos dois países informaram já estarem avaliando minuta de Acordo Aéreo bilateral, que seria negociado durante a III Conferência da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) para Negociações de Acordos Aéreos (ICAN/2012). Em razão de restrições orçamentárias, no entanto, a ANAC não pôde participar da Conferência. Espera-se que as autoridades de aviação civil brasileira e namibiana retomem os contatos em 2012 com vistas ao agendamento de reunião negociadora.

Assuntos Consulares

Há no país 115 cidadãos brasileiros, que são assistidos pelo setor consular da Embaixada em Windhoek. Não há detentos brasileiros na Namíbia.

POLÍTICA INTERNA

A normalidade democrática e a hegemonia da SWAPO na política namibiana resultam em larga medida da condução do processo de libertação do país.

Desde sua independência, em março de 1990, a Namíbia constitui-se como uma sólida democracia, fundada no Estado de Direito, dotada de todas as instituições necessárias para assegurar a boa governança. Pratica-se o pluripartidarismo e eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais são realizadas regularmente a cada cinco anos. O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e as finanças públicas. A Comissão Anti-Corrupção tem atuado para preservar um ambiente de respeito ao bem público e favorecer a formação de um bom clima de negócios.

A Namíbia encontra-se também comprometida com a liberdade de mercado, o respeito à propriedade e o estímulo à iniciativa privada. Projeto de reforma agrária elaborado desde os anos 90 exclui a expropriação arbitrária de terras, consagrando o princípio "*willing sellers, willing buyers*". Ao mesmo tempo em que busca criar mecanismos de promoção de populações historicamente desfavorecidas, o governo tem evitado adotar medidas que gerem confrontação social. Ressalte-se também que há plena liberdade de expressão, que se traduz numa imprensa livre e opinativa.

Ainda que consagre o multipartidarismo, o país tem sido governado ininterruptamente, desde a independência, pela *South Western Africa People's Organization* (SWAPO), caracterizada como partido dominante, detentor de mais de 2/3 dos assentos na Assembleia Nacional. O segundo maior partido, resultante de uma cisão da SWAPO, não ultrapassa a marca de 10% dos assentos no Parlamento. Esta circunstância faz com que o sistema político namibiano seja, na prática, um regime de partido único. A manutenção de uma estrutura centralizada, baseada na autoridade histórica de líderes como Sam Nujoma, Hifikepunye Pohamba, Theo Ben-Gurirab e Hage Geingob, assegura grande estabilidade política no país.

O país destaca-se por figurar entre os principais investidores de todo o continente na área social, e por seus notórios esforços de combate à corrupção. Cerca de 30% do orçamento nacional é destinado à área social, especialmente educação e saúde. Dados do Banco Mundial de 2009 indicam que cerca de 13,1% da população

entre 15-49 anos de idade seja portadora do vírus HIV, cujo índice de prevalência vem caindo desde 2008. No relatório de 2010 da *Transparência Internacional*, o país obteve o sexto menor índice de corrupção na África (atrás apenas de Botsuana, Maurício, Cabo Verde, Seicheles e África do Sul). Conforme o relatório dos *Repórteres sem Fronteiras* de 2011, a Namíbia é o segundo país africano que mais respeita a liberdade de imprensa, ficando atrás apenas de Cabo Verde e empatando com a Bélgica.

Sam Nujoma permaneceu quinze anos na Presidência da Namíbia, tendo cumprido três mandatos sucessivos como Presidente. Goza de extrema popularidade. Em 2005, recebeu o título oficial de Pai Fundador da Nação Namibiana (“*Founding Father of the Namibian Nation*”). Sua administração foi norteada pela busca da reconciliação nacional, redução da pobreza, resolução da questão da reforma agrária, diversificação da economia e pelo combate à pandemia do HIV/AIDS.

No final de 2003, Nujoma anunciou que não iria concorrer a um quarto mandato. Assim, em novembro de 2004, Hifikepunye Pohamba foi eleito Presidente da República. O fato não constituiu surpresa, uma vez que Pohamba ocupava a vice-presidência da SWAPO e sempre foi confiável parceiro de Sam Nujoma durante a luta pela libertação do país. Embora analistas vejam estilos de liderança distintos, os laços entre Pohamba e Nujoma favoreceram uma transição suave e estável, possibilitando ao “pai da nação” uma saída gradual da cena política.

Eleito em novembro de 2004, com 76,4% dos votos, e empossado em março de 2005, Hifikepunye L. Pohamba mantém, em linhas gerais, as prioridades da administração anterior. Em seu discurso de posse, comprometeu-se a preservar o legado de Nujoma e a complementá-lo, reforçando políticas de tolerância zero contra a corrupção; de crescimento econômico sustentável; de desenvolvimento social e de combate ao HIV/AIDS. Defende o aumento da produtividade e da eficiência no serviço público, e maior treinamento dos trabalhadores como pré-requisito para que a economia cresça e alcance os objetivos de desenvolvimento previstos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e “Visão 2030”.

No IV Congresso Extraordinário da SWAPO (2004), além do afastamento de Sam Nujoma da cúpula partidária e da ascensão de Pohamba à presidência da SWAPO, assistiu-se à renovação de metade do Politburo, com a eleição de uma nova geração de integrantes que participarão das disputas legislativas de 2014.

Outra novidade no campo político namibiano foi a fundação, em novembro de 2007, de um novo partido, o *Rally for Democracy and Progress* (RDP), criado por Jesaya Nyamu, ex-Ministro da Indústria e Comércio. Nyamu apoiou Hidipo Hamutenya nas prévias para a eleição presidencial de 2004 e acabou sendo expulso da SWAPO, acusado de conspirar contra o ex-presidente Sam Nujoma. Ex-Ministro das Relações Exteriores (2002-2004) e também um dos principais líderes históricos da SWAPO, Nuamu acusou a agremiação de autocracia e culto à personalidade, e de ter-se desviado do compromisso com a democracia.

A despeito de tais mudanças no panorama político namibiano, Hifikepunye Pohamba foi reeleito em 2009, com 75% dos votos. Pohamba conta ainda com sólida maioria no Parlamento, uma vez que, nas eleições legislativas, a SWAPO obteve 55 dos 72 assentos da Assembleia Nacional, enquanto o maior partido oposicionista, o *Congress of Democrats* (CoD), obteve somente cinco cadeiras. A SWAPO controla, ainda, doze das treze regiões administrativas da Namíbia e goza de maioria nos conselhos locais.

O gabinete do segundo mandato dá continuidade ao gabinete anterior, o que revela o cuidado com que Pohamba pretende conduzir seu Governo, preservando o equilíbrio de forças nas fileiras da SWAPO. Quatorze ministros, inclusive o Primeiro-Ministro Nahas Angula, mantiveram-se em seus postos, enquanto outros cinco foram transferidos para novas posições. Dois nomes se destacam como astros em franca ascensão: Utoni Nujoma, cuja indicação a titular dos Negócios Estrangeiros praticamente põe o filho de Sam Nujoma em linha ascendental na cúpula governamental; e o novo Ministro da Educação, Abraham Iyanbo, de 39 anos, egresso do Ministério da Pesca, conhecido por sua eficiência à frente daquela pasta.

Os nove partidos oposicionistas que em janeiro de 2010 questionaram judicialmente os resultados das eleições legislativas e presidencial de 2009 foram derrotados na Justiça. Em fevereiro de 2011, a Alta Corte da Namíbia concluiu não haver evidências de que a condução do pleito tenha influenciado no seu resultado. A oposição havia considerado terem ocorrido "graves irregularidades" nos dois pleitos, e pretendia anulá-los.

O Presidente reafirmou seu compromisso com o programa estratégico "Vision 2030" e o II Plano Nacional de Desenvolvimento 2001-2005 (II PND). Adotado em 2004, o "Vision 2030" consiste num programa de longo prazo que enfoca oito temas principais: a desigualdade e o bem estar social; a paz e a estabilidade política; o desenvolvimento de recursos humanos e a construção de capacidade institucional; questões macroeconômicas; população, saúde e desenvolvimento; o setor de recursos naturais; o conhecimento, a informação e a tecnologia e fatores de ambiente externo. O objetivo da "Vision" é elevar a qualidade de vida do povo namibiano de forma significativa até o ano de 2030.

O II PND, por sua vez, era programa de curto prazo que tinha como objetivos prioritários o combate à pobreza, a redução da desigualdade e a promoção da igualdade de gênero. Entre os resultados produzidos durante a vigência do II PND, destacam-se os relativos à distribuição de renda do país: o coeficiente de Gini caiu de 0,7 em 1993/94 para 0,6 em 2003/4 (ainda elevado, se considerada a média de 0,43 dos países de renda média baixa) e a parcela dos extremamente pobres caiu pela metade nesse período, de 9% para 4%. Além disso, a participação feminina na Assembleia Nacional passou de 9% em 1993 para 27% em 2006, com avanços semelhantes nos âmbitos regional e local, resultados reconhecidos pelo PNUD.

Apesar desses avanços, continua alto o nível de desigualdade social na Namíbia – sobretudo se levado em conta o fato de tratar-se de país considerado de desenvolvimento humano médio, com um PIB per capita entre os maiores da África

subsaariana. Estimativas recentes mostram que 5% da população detém mais de 78,7% da renda e que os 7 mil mais ricos gastam tanto quanto os 800 mil mais pobres. Cerca de 90% da população namibiana vive em condições semelhantes aos nacionais dos países africanos de menor desenvolvimento relativo.

Em 2007, o Governo Pohamba lançou o III Plano Nacional de Desenvolvimento (2007/8-2011/12), que almeja reduzir a pobreza extrema de 4% para 2% e diminuir o desemprego de 36% para 30% até 2012. O foco consiste no crescimento econômico acelerado por meio da promoção do desenvolvimento rural. O novo plano procura, também, identificar mancas de diminuir a mortalidade infantil e as taxas de declínio da expectativa de vida, de aumentar as taxas de emprego e de combater a existente disparidade sócio-econômica entre as áreas rurais e urbanas. Além disso, o Presidente expressou o desejo de assegurar que os primeiros resultados favoráveis quanto à estabilização das taxas de prevalência do HIV/AIDS sejam sustentados.

Em decorrência dos elevados índices de incidência da AIDS na Namíbia, a expectativa de vida da população sofreu declínio ao longo da década de 1990. Passou de quase 61 anos, em 1990, para 57 anos, em 2000. A partir de então, a expectativa de vida voltou a crescer consistentemente, refletindo a diminuição do índice de prevalência da AIDS no país. Segundo dados do PNUD, a expectativa de vida passou de 58,7 anos, em 2005, para 62,5, em 2011, enquanto o índice de prevalência da AIDS, conforme dados do Banco Mundial, diminuiu de 15,7% da população em 2005 para 13,7% em 2008 e 13,1% em 2009.

Do ponto de vista socioeconômico, juntamente com o problema da AIDS, a questão agrária tem constituído ameaça à estabilidade. Trata-se de desequilíbrio estrutural herdado do colonialismo – cerca de 4 mil fazendeiros detêm fazendas comerciais cujas terras equivalem, em extensão, à área de propriedades comunais administradas por 150 mil famílias. O programa de reforma agrária segue o princípio de “*willing-buyer, willing-seller*”, que prevê a compra de fazendas comerciais de brancos, sua divisão em unidades menores e posterior distribuição entre a população rural negra. A meta é adquirir cerca de 15 milhões de hectares de fazendas comerciais, a fim de assentar 26.727 famílias, até 2020. O programa de reforma agrária, um dos principais pilares da política social, avança em ritmo lento. O programa tende a ficar paralisado, uma vez que há resistências e inibições, particularmente de fazendeiros brancos. Windhoek tem-se empenhado em evitar uma radicalização semelhante à ocorrida no Zimbábue. A reforma agrária tem sido uma das bandeiras da SWAPO desde que assumiu o poder.

Desde os eventos de 2004 – luta interna à SWAPO e consequente criação do *Rally for Democracy and Progress* – o tema “sucessão presidencial” assumiu entre os quadros do partido majoritário a aura de um tabu. Desde então, Hifikepunye Pohamba firmou a convicção de que disputas internas à SWAPO em torno de ambições pessoais devem ser evitadas e combatidas com o máximo vigor. Com a aproximação do 5º Congresso da Swapo, em 2012, notícias de uma suposta campanha velada, feita sem a autorização formal do partido, alcançaram os meios

jornalísticos e irritaram profundamente o presidente Pohamba, que criticou os envolvidos em "campanhas secretas" para a definição de seu sucessor.

A eleição de Geingob à vice-Presidência da SWAPO durante o Congresso de 2007 o posicionara como virtual pré-candidato à sucessão de Hifikepunye Pohamba. Os possíveis nomes alternativos a Geingob (por suas posições relativas na estrutura do partido) são o da Secretária-Geral do Partido e Ministra da Justiça, Pendukeni Iivula-Ithana, e o do Primeiro-Ministro Nahas Angula. Político assertivo, o Primeiro-Ministro adota agora o papel auto-assumido do "Cidadão Angula", título com o qual assina na imprensa local uma série de artigos com pretensões teóricas, buscando evidenciar as "razões profundas" das mazelas econômicas e sociais do país.

Tanto Geingob quanto Iivula-Ithana negam haver qualquer tensão entre si e negam ter se engajado em qualquer tipo de campanha pela sucessão. Afirmam ignorar a existência de "comitês de campanha" em seu nome. Não obstante, membros da SWAPO, sob a proteção do anonimato, revelam certas táticas veladas de proselitismo político. Iivula-Ithana conta com ampla simpatia nos redutos mais radicais da SWAPO, onde se situa a *SWAPO Youth League* (SPYL). Em setembro de 2010, a SPYL encaminhou ao Comitê Central documento em que advogava a abertura do debate sobre a sucessão presidencial no âmbito do partido.

A despeito de toda tensão criada no partido sempre que as ambições e vaidades pessoais se entrechocam, Pohamba e a SWAPO prezam, acima de tudo, a continuidade dentro de regras hierárquicas estritas. O candidato à presidência tende a ser, nessa ordem, o vice-presidente do partido, cargo atualmente ocupado por Geingob. Geingob dispõe de uma vantagem adicional: seria o primeiro presidente não pertencente à etnia Oshivambo. Sem uma "clientela" tribal como base política, Geingob se coloca, como nenhum outro, em posição de atender a outro anseio das lideranças, em especial do presidente Hifikepunye Pohamba, a saber, o combate ao "tribalismo" e consequente reforço da idéia de uma Namíbia unida como nação.

ECONOMIA

A economia do país é, em boa medida, dependente da extração e do processamento de minerais para exportação. Cerca de 20% do PIB e de 50% das divisas recebidas pela Namíbia são decorrentes dessa atividade. O país é um dos principais produtores mundiais de diamante de aluvião, cuja média de valor por quilate é a maior do mundo; é o quarto maior produtor de urânio (responsável por cerca de 8% da oferta mundial do metal); extrai zinco em grandes quantidades e, em menor escala, outros metais como cobre e ouro. A variação dos preços internacionais desses minérios e a perspectiva de exploração de novas minas, especialmente de urânio, são fatores determinantes para a evolução da economia local nos próximos anos.

A exploração de jazidas de urânio apresenta perspectivas particularmente animadoras: desde 2009, o urânio tem disputado com o diamante o primeiro lugar na pauta exportadora namibiana. Anuncia-se a formação de um consórcio entre a *Rössing Uranium*, controlada pela britânica *Rio Tinto*, e a *Rössing South*, controlada pela australiana *Extract Resources*, para explorar novo depósito em Erongo com potencial de produzir cerca de sete mil toneladas de óxido de urânio por ano. Esta seria uma das três maiores minas de urânio no mundo. No total, espera-se que quatro novas minas entrem em operação até 2015, com a projetada criação de oito mil empregos.

Estimativa da “The Economist Intelligence Unit” (EIU) indica que o PIB namibiano, medido em 2011, foi de US\$ 13,11 bilhões (crescimento de 3,2% em relação a 2010), com PIB per capita de US\$ 6.941,00, considerado elevado em comparação com outros países da região. A distribuição de renda namibiana, no entanto, é uma das piores do mundo (Gini=0,68). Sustentado por relativa estabilidade macroeconômica e pela elevação dos preços internacionais dos minérios, o país cresceu a um ritmo constante entre 2003 e 2008. Em 2009, em virtude da crise financeira internacional, o PIB do país sofreu contração de 0,4%, mas, já em 2010, apresentou crescimento de 6,6%. Atribui-se a saída tranquila da Namíbia da situação de crise econômica às medidas anticíclicas adotadas pelo governo, que promoveu uma expansão fiscal sem precedentes entre os exercícios fiscais 2008-2009 e 2010-2011.

Para o biênio 2012-2013, projeta-se crescimento de 4,8% e de 5,7%, respectivamente. A composição do PIB do país, por setor, é a seguinte: agricultura, 7,3%; indústria, 34,3%; e serviços, 58,4%. A agricultura local é de subsistência e, apesar da pequena participação no PIB, emprega cerca de 40% da população economicamente ativa do país. A fim de incentivar o desenvolvimento de uma agricultura comercial competitiva e de coibir o elevado êxodo rural, o Governo Namíbio vem desenvolvendo o projeto “*Green Scheme Initiative*”, que, desde outubro de 2004, tem promovido o uso intensivo de irrigação.

A política fiscal do governo deverá ser um dos sustentáculos do crescimento econômico nos próximos anos. Com um pacote de investimentos de quase US\$ 2 bilhões para o período 2011-2014, o governo espera combater a alta taxa de desemprego do país, oficialmente em 51% (analistas do setor privado acreditam haver superdimensionamento dos dados de desemprego), criando aproximadamente 100 mil novos empregos. O quarto Plano Nacional de Desenvolvimento, atualmente em planejamento e que terá vigência de 2012 à 2017, deverá priorizar medidas para a redução da pobreza e da desigualdade de renda. As autoridades namibianas reconhecem, no entanto, que o crescimento econômico do país ainda tem sido insatisfatório para atingir os objetivos do “*Vision 2030*” de redução significativa da pobreza e de conversão do país numa sociedade industrial. Os maiores entraves para o crescimento econômico acelerado e sustentável parecem ser a pouca diversificação da economia, excessivamente centrada em bens primários, e a ausência de mão-de-obra qualificada.

Em termos de infraestrutura, a principal limitação do país é a oferta de energia, com o resultante encarecimento deste insumo. A Namíbia depende do fornecimento de energia de seus principais vizinhos, em especial África do Sul e Angola, com os quais há projetos de interconexão das linhas de transmissão de energia sendo desenvolvidos. Entretanto, o país vem encontrando dificuldades nas negociações com a África do Sul, Botsuana, a Zâmbia e a RDC para ampliar sua cota de importação de energia elétrica. Ainda em termos de infraestrutura, busca-se a extensão e o aperfeiçoamento das malhas rodoviária e ferroviária e o aparelhamento e ampliação do porto de águas profundas de Walvis Bay (conclusão prevista para 2012).

De modo a encorajar investidores externos, o governo revogou parcialmente um pacote de aumento de impostos relacionados à mineração, de julho passado, e confirmou que a exigência de formação de joint-ventures com a mineradora estatal *Epangelo Mining Company*, determinada em abril passado, não se aplicará às licenças já existentes. Mesmo diante desses planos, o governo espera reduzir o déficit público de 9,1% do PIB em 2011 para 5,2% do PIB em 2012, mediante o aumento de receitas tributárias decorrentes do crescimento econômico e do aumento das receitas provenientes da SACU – Southern African Customs Union.

As projeções de crescimento do PIB para 2012 e 2013 são baseadas, também, na expectativa de aumento da produção de urânio, de manganês e, em menor medida, de diamante, na suposição de que os preços desses produtos se mantenham em níveis elevados. A produção industrial deverá crescer, estimulada pelo aumento das operações da planta cimenteira de Ohorongo.

A política cambial do país é vinculada à sul-africana, mantendo paridade entre o dólar namibiano e o rand sul-africano. A política monetária, por consequência, segue rumos parecidos nos dois países. Como a África do Sul deverá adotar política contracionista, tendo em vista que a inflação atingiu o teto da meta em 2011, a autoridade bancária namibiana deverá elevar a taxa básica de juros. Desse modo, a inflação deverá ser reduzida para cerca de 4,8% em 2012, ante 7% no ano passado, quando foi estimulada pela inflação sul-africana, origem da maior parte das importações do país, e pela alta dos preços internacionais das commodities.

O país importa boa parte de seus bens de capital de consumo, com destaque para máquinas e equipamentos elétricos (20,8%), equipamento de transporte (15,4%), alimentos e bebidas (14,2%), produtos químicos (13,1%) e petróleo (7,1%), segundo dados de 2009. Como produtos de exportação destacam-se metais, inclusive urânio (19%, em 2009), pescado (18,3%), diamantes (16,9%), zinco refinado e cobre (7,7%). Embora as exportações do país devam crescer, estimuladas pelo aumento das vendas de urânio, ouro, cobre e cimento, a balança comercial deverá seguir negativa, em razão das importações de bens de capital necessários aos projetos relacionados à mineração.

Desde 2008, não há informações consolidadas sobre os principais parceiros comerciais namibianos. Pressupõe-se que a África do Sul continue sendo o principal destino das exportações e origem das importações da Namíbia, tendo em

vista o histórico comercial entre os países, disponível até 2008. Naquele ano, as importações totais da Namíbia foram de US\$ 4,7 bilhões, dos quais 3,2 bilhões (cerca de 70%) foram provenientes da África do Sul, seguida de longe pelo Reino Unido (US\$ 373 milhões – 7%) e Índia (US\$ 162 milhões – 3%). No mesmo ano, as exportações da Namíbia totalizaram US\$ 4,8 bilhões. A África do Sul comprou US\$ 1,5 bilhão, cerca de 31%, seguida pelo Reino Unido (US\$ 710 milhões – 15%) e Angola (US\$ 405 milhões – 8,5%).

O déficit na balança comercial é compensado por superávits na conta de serviços, devido, em boa medida, ao turismo receptivo, e nas transferências internacionais, principalmente pelas receitas provenientes da SACU, as quais se espera cresçam nos próximos anos, motivadas pelo aumento das importações. Desse modo, a conta corrente do balanço de pagamentos namibiano é equilibrada, não registrando grandes resultados negativos ou positivos nos últimos anos. Projeta-se que o déficit em conta corrente seja ampliado de 0,3% do PIB, em 2011, para 0,5% do PIB, no ano corrente.

Como economia voltada para a exportação, a Namíbia dispõe de dois principais mecanismos destinados a atrair o Investimento Direto Estrangeiro: o “*Foreign Investment Act*” (implementado em 1990, estabelece igualdade de condições entre investidores locais e estrangeiros) e o Programa de Zonas de Processamento de Exportação (de 1996, oferece benefícios como isenção fiscal, legislação trabalhista flexível, isenção do imposto de importação para a compra de maquinário e insumos básicos e permissão para manter conta corrente em moeda estrangeira nos bancos locais). Os investimentos externos têm se concentrado na área de exploração de minérios: Estados Unidos, Rússia, França, Cazaquistão e Índia possuem acordos com a Namíbia na área de exploração do urânio. O acordo com a Índia, assinado em 2009, prevê a construção de plantas nucleares e a capacitação de mão-de-obra namibiana. Ademais, diante das boas perspectivas em relação ao potencial petrolífero da plataforma marítima namibiana, o país tem recebido investimentos externos na área, inclusive por parte das brasileiras *Petrobrás* e *HRT Oil & Gás Exploration*. Também a estatal russa *Gazprom*, em parceria com a *Namcor*, firmou acordo para construção de Usina de Gás para gerar 800 megawatts em Walvis Bay, e tem planos para explorar petróleo *off-shore*.

A estabilidade política e a segurança jurídica são os dois grandes diferenciais que fazem da Namíbia um pólo de atração para investimentos estrangeiros. Em vista das particularidades do país, as melhores oportunidades de investimento estariam no campo dos minérios; da construção civil e projetos de engenharia; do processamento da pesca; e da geração de energia. Dependente da importação de energia, a Namíbia tem urgência na promoção de investimentos em fontes alternativas.

Um dos traços da política externa namibiana é a continuidade. O governo Pohamba mantém, em larga medida, as diretrizes da diplomacia do Governo Nujoma. Conforme explicitado em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba busca preservar não só o legado interno de paz, estabilidade, segurança e reconciliação nacional deixado pelo seu predecessor, mas também o legado externo de participação construtiva do país nas Nações Unidas, na União Africana, na SACU e na SADC, no Movimento Não-Alinhado e em outros organismos internacionais. A política externa namibiana caracteriza-se também por relações estreitas de amizade com países que lhe ajudaram materialmente durante as lutas pela independência tais como Cuba, a China e a Rússia, e por certa retórica anti-ocidental remanescente da luta contra o domínio colonial sul-africano e, como ressonância de um passado mais distante, do domínio alemão.

É também importante vetor da política externa namibiana a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. A administração Pohamba atribui à diplomacia a função de buscar criar condições externas que facilitem o desenvolvimento e propiciem o cumprimento das metas nacionais fixadas do III PND e do "Vision 2030".

Outro traço da política externa namibiana é o engajamento com o ideal de paz. O país apóia ativamente iniciativas multilaterais voltadas para estabelecer e garantir a paz regional e internacional. Entre 1999 e 2000, a Namíbia integrou o Conselho de Segurança da ONU e presidiu a 53ª Sessão da Assembléia Geral da ONU. Atualmente, o país tem participação, quanto modesta, em quatro operações de paz das Nações Unidas no continente africano.

Ressalte-se a preocupação do Governo com a formação e atualização dos quadros diplomáticos. Os namibianos orgulham-se da experiência negociadora internacional acumulada pelos líderes ao longo da luta pela emancipação política do país que hoje compõem os quadros diplomáticos do governo. Anualmente, os chefes de missão diplomática são chamados ao país, a fim de atualizarem-se acerca dos principais projetos e programas nacionais.

União Africana

A Namíbia é tradicional defensora da união continental. O governo namibiano reconhece o apoio da Organização da União Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA), na luta pela independência do país.

Em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba acentuou que a Namíbia continuará a garantir o êxito da União Africana e de seu programa, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). O país manterá seu apoio ao fortalecimento da capacidade da União Africana na prevenção, resolução e gerenciamento de conflitos em todo o continente. Como sintetizou o Presidente "uma

Namíbia pacífica necessita de vizinhos pacíficos, de um continente pacífico e de um mundo pacífico”.

SACU e SADC

Como entusiasta da integração regional, a Namíbia tem tido papel de destaque na SADC e na SACU. Como presidente de turno da SADC em 2010-2011, o Presidente Pohamba atuou de forma a enfatizar a cobrança de resultados e do tempestivo cumprimento da agenda comum.

Em 2007, a Namíbia chegou a rubricar Acordo provisório de Parceria Econômica com a União Européia, mas passou posteriormente a considerá-lo lesivo aos interesses nacionais. Em 2010, informou a UE de que não ratificaria o acordo rubricado. No momento, o país resiste à insistência europeia em assinar novo Acordo provisório de Parceria Econômica (EPA) até janeiro de 2014 – sob pena de perder acesso preferencial dos seus produtos ao mercado europeu. As autoridades namibianas argumentam que a assinatura do EPA implicaria concessões em pontos fundamentais da SACU – sobretudo no que diz respeito à proteção de indústrias nascentes - e fragilizaria os esquemas de integração regional da SADC.

A Namíbia ainda não concluiu seu processo de ratificação do ACP MERCOSUL-SACU, que segue sob a apreciação do Parlamento.

Conflitos na África

Em seus principais pronunciamentos de política externa, o Presidente Pohamba salienta que a paz e a segurança no continente são vitais para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo entendimento corrente na Chancelaria namibiana, a crise no Zimbábue tem dois pontos principais: a questão agrária e o não indiciamento dos atuais governantes. Conforme tal entendimento, a reforma agrária, embora justa e juridicamente correta, teria sido mal executada. A reação de Mugabe ao financiamento da oposição zimbabuana pelas potências ocidentais teria dado a britânicos e norte-americanos argumentos para ressaltar as violações aos direitos humanos. As sanções econômicas adotadas, a seguir, produziram caos econômico no país.

A Namíbia reconhece e apóia a República Árabe Saraui Democrática (RASD), como questão de princípio, assim como a Frente Polisário, na condição de movimento de libertação. Mesmo antes da independência, a SWAPO e a Frente Polisário prestavam-se solidariedade mútua. A posição namibiana está, ademais, em consonância com a posição comum da SADC sobre a RASD. Tanto a RASD quanto o Reino do Marrocos mantêm relações diplomáticas com a Namíbia, por meio de embaixadas cumulativas sediadas em Luanda.

A atitude do Governo Pohamba quanto à crise na Líbia traduziu afinidades históricas e instrumentou-se na retórica anti-imperialista. O Presidente Pohamba, em discurso proferido no Dia da Independência (21 de março – poucos

dias após a Resolução 1973 do CSNU), afirmou que a Namíbia "deplora e lastima a invasão liderada por alguns países europeus, os Estados Unidos e o Canadá". Apontou que a Namíbia se pauta pela resolução do Conselho de Paz da União Africana segundo a qual "qualquer invasão estrangeira nos assuntos internos de qualquer nação africana deve ser condenada e rejeitada nos mais enérgicos termos".

Com respeito à crise sucessória na Costa do Marfim, Pohamba limitou-se a expressar "preocupação". À época, concitou as partes em conflito a iniciar um diálogo "fraterno no interesse supremo de seu país". Ao eximir-se de condenar Gbagbo - assim como evita condenar os métodos de governo de Robert Mugabe no Zimbábue -, Pohamba expôs-se a críticas internas que acusam a política externa namibiana de desprezo por valores democráticos e princípios constitucionais. A máxima "soluções africanas para problemas africanos" é sonoramente repetida na Namíbia.

África do Sul

As relações com a África do Sul são estreitas, apesar de persistir certa tensão, derivada da excessiva dependência econômica de Windhoek em relação a Pretória.

A África do Sul é o principal parceiro comercial da Namíbia. Representa mais de 80% das importações namibianas e destino de cerca de 27% das exportações. A África do Sul é também o principal investidor na Namíbia, notadamente nos setores minerador, bancário e de seguros.

A África do Sul exporta metade da energia elétrica e de todo o petróleo consumido pelo povo namibiano. Em 2006, a Namíbia assinou com a *Eskom*, estatal de eletricidade sul-africana, contrato de suprimento de energia sul-africana por quinze anos.

Alguns problemas na demarcação da fronteira, ao longo do rio Orange, chegaram a causar tensão nas relações com Pretória, mas atualmente há projetos de aproveitamento hidrelétrico comum do rio.

Angola

As relações com o Governo de Luanda são consideradas particularmente importantes, refletindo as ligações estreitas entre a SWAPO e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Entre 1976 e 1985, Luanda foi sede do Quartel-General do movimento independentista namibiano. As Forças Armadas da Namíbia, por sua vez, contribuíram para a queda-final de Jonas Savimbi.

O Governo namibiano expressa reiteradamente sua disposição de estreitar vínculos com o Governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência econômica da Namíbia em relação à África do Sul. O Governo namibiano tem encorajado o setor privado do país a envolver-se na reconstrução e no processo de industrialização de Angola, particularmente nos campos de mineração, pesca marítima, agricultura, e infraestrutura. Dada a proximidade geográfica, a Namíbia tem sido uma importante rota de suprimentos e de investimentos para o sul

de Angola, onde grande parte da população se abastece nos entrepostos na fronteira namibiana.

Desde 2011, no entanto, decisão unilateral de Angola de adotar "moratória parcial" nas importações de produtos namibianos (cimento, produtos alimentícios e veículos usados), sob os argumentos da necessidade de esclarecer pontos relativos à regra de origem e de conter excesso de oferta, tem gerado desconforto entre os dois países. A suspensão das importações de cimento, produto que tinha no mercado angolano seu principal destino, é vista por empresários nacionais e pela *Namibia Manufacturers Association* (NMA) como mera proteção não-tarifária à economia angolana, historicamente deficitária na relação comercial com a Namíbia.

A fim de revigorar as relações econômicas e comerciais com o vizinho e superar o impasse, o Ministro da Indústria e Comércio, Hage Geingob, realizou visita a Luanda em julho de 2011. Apesar de o Acordo de Cooperação Econômica e Comercial de 2004 ter instituído uma comissão bilateral para acompanhar sua implementação, esse comitê permanecia inativo. A contraparte angolana comprometeu-se a suspender a moratória às importações namibianas até o fim de 2011, embora, até o momento, a medida ainda se encontre vigente.

Ambos os países firmaram acordo sobre o uso comum do rio Cunene e projeto de construção de uma usina hidrelétrica na região fronteiriça.

Há cerca de 6.500 refugiados angolanos no norte da Namíbia. Esses refugiados já não seriam considerados refugiados políticos, como alegam, mas econômicos, visto que os conflitos armados no país foram superados há cerca de oito anos. Em verdade, os angolanos "refugiados" na Namíbia resistem à idéia de retornar a Angola, onde sua situação seria ainda mais precária. Os governos da Namíbia e de Angola negociam uma solução para o impasse.

Alemanha

As relações entre a Namíbia e a Alemanha têm caráter especial. Antiga metrópole, a Alemanha ainda se faz presente na língua e em prédios e monumentos construídos pelo país no período colonial. Hoje a Alemanha busca intensificar as relações comerciais e a cooperação para o desenvolvimento com a Namíbia, inclusive por meio de investimentos na infra-estrutura social e econômica do país. A Namíbia é o principal beneficiário *per capita* da assistência ao desenvolvimento prestada pela Alemanha ao continente africano. Em 2005, Berlim ofereceu 20 milhões de euros por ano em um período de dez anos, atendendo ao pleito de comunidades namibianas, a título de reparação pelas políticas opressivas adotadas durante a vigência do período colonial.

China

Parceira histórica na época da luta pela independência, a China é, hoje, uma clara prioridade política na agenda namibiana. A presença chinesa no país é considerável; cresceu constantemente nos últimos anos e continua a ampliar-se.

Apesar da pouca relevância do mercado namíbiano, a China parece atentar para a imagem da Namíbia como parceiro confiável e dotado de expressiva riqueza em recursos minerais. O urânio namíbiano, em particular, tem despertado o interesse chinês.

A pauta de exportações chinesas para a Namíbia é cada vez mais diversificada; e compete, em vários itens, com a brasileira (têxteis, sapatos, equipamentos industriais). A ofensiva chinesa no setor de construção também pode, a médio e longo prazos, ameaçar interesses de empresas brasileiras.

Interessa ao governo namíbiano, especialmente, atrair investimentos chineses em rodovias, portos, energia, telecomunicações, agricultura, pesca e mineração. É notável a participação chinesa em projetos de construção civil. Contaram com participação chinesa, entre outros, os projetos de construção da "State House" (complexo com escritórios e residência do Presidente da República); da Suprema Corte; da Corte de Magistrados de Katutura; e da "National Council", entre outros. Segundo estimativas da Embaixada chinesa em Windhoek, os investimentos chineses no país chegam a US\$ 35 milhões anuais, principalmente em construção, manufaturas, alimentos, saúde e desenvolvimento imobiliário:

A China vem-se firmando como parceiro privilegiado da Namíbia, e começa a ter ascendência no campo militar, inclusive naval, em concorrência direta com a presença brasileira. O país ofereceu navio para transporte de tropa e cursos de treinamento militar, que, por enquanto, não foram aceitos. Recentemente, doou 6,5 milhões de dólares para ampliação da escola de formação de oficiais da Força de Defesa da Namíbia. Ademais, ganhou concorrência para modernizar a base naval de *Walvis Bay*.

Assim, os chineses já superaram brasileiros na obtenção de licença para execução de pelo menos dois importantes projetos: modernização daquela base naval e para a construção de uma fábrica de cimentos.

Em pronunciamento recente, o presidente Hifikepunye Pohamba fez eloquente defesa da presença chinesa na Namíbia, dizendo ser vergonhoso "que a comunidade empresarial negra local critique a atuação de empresários daquele país. Lembrou que os chineses são "amigos da Namíbia", pois deram seu apoio ao país durante as lutas de libertação. O Governo Pohamba busca mostrar a Pequim que seu governo não endossa hostilidades a empresas e aos investimentos chineses.

O ponto central do debate, porém, é a percepção de que a presença chinesa, ademais de competir com empresas namibianas, não tem trazido benefícios ao país em termos de capacitação, transferência de tecnologias, entre outros. Há ainda a percepção, corrente entre os vários comentaristas, de que os empresários chineses descumprem as leis trabalhistas assim como disposições legais sobre atividades bancárias e fiscais.

O Ministério da Indústria e Comércio anunciou em agosto de 2010 planos para coibir a entrada de estrangeiros que venham a atuar em pequenos e médios empreendimentos comerciais, em atenção à demanda da Câmara de Comércio

e Indústria (NNCI), que vê na presença chinesa uma permanente ameaça à criação de empregos para namibianos.

Reforma da ONU

Em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba expressou a necessidade do fortalecimento das Nações Unidas para que a organização possa enfrentar os novos desafios e refletir a realidade contemporânea. Afirmou que a Namíbia continuará a apoiar os esforços para a reforma das Nações Unidas, incluindo a reforma do Conselho de Segurança, a fim de que este se torne mais representativo, democrático, legítimo e plenamente capaz de manter a paz e a segurança internacionais. Além disso, reiterou a urgência na reforma das instituições financeiras internacionais, para que atendam melhor às demandas dos países em desenvolvimento. Na AGNU, o Presidente Pohamba defendeu o incremento do papel e da autoridade da Assembléia Geral como principal órgão deliberativo e de “policy-making”.

Embora tenha manifestado apoio ao pleito brasileiro ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a Namíbia deve seguir a posição da União Africana no que se refere à reforma do Conselho. Em relação ao processo negociador, vê com resistências a proposta de arranjo intermediário, não aceitando ‘assentos de segunda classe’ para a África. O país expressou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU em junho de 2004, por ocasião da visita do então Presidente Sam Nujoma a Brasília.

ANEXOS

Cronologia histórica do país

1886-90 – Fronteiras internacionais atuais estabelecidas por tratados da Alemanha com Portugal e Reino Unido. A Alemanha anexa o território como África do Sudoeste.
1915 – A África do Sul ocupa o território após a Primeira Grande Guerra.
1920 – A Liga das Nações garante o mandato sul-africano sobre a África do Sudoeste.
1946 – As Nações Unidas não permitem a anexação da África do Sudoeste pela África do Sul. Esta, por sua vez, se recusa a manter aquela sobre tutela da ONU.
1958 - Herman Toivo Ya Toivo e outros criam o Congresso Popular Ovamboland, que se torna a South West Africa People's Organisation (SWAPO) em 1960.
1961 – Assembleia Geral das Nações Unidas pede que a termine seu mandato e estabelece a independência da África do Sudoeste como meta.
1966 – SWAPO lança luta armada contra ocupação sul-africana.
1968 – A África do Sudoeste é oficialmente nomeada Namíbia pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
1972 – A Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecem a SWAPO como único representante legítimo do povo da Namíbia
1988 – África do Sul concorda com a independência da Namíbia em troca da remoção das tropas cubanas de Angola.
1989 – Eleições para a Assembleia Constituinte da Namíbia supervisionadas pela ONU. SWAPO vence.
Março de 1990 – Namíbia se torna independente, com Sam Nujoma como primeiro presidente.
1994 – Enclave sul africano de Walvis Bay retorna à Namíbia.
1994 Nujoma e a SWAPO reeleitos.
Dezembro de 1999 – Nujoma vence eleições para terceiro mandato presidencial.
Novembro de 2004 – Hifikepunye Pohamba, escolhido pelo Presidente Nujoma, vence eleições presidenciais. Ele é empossado em março de 2005.

Setembro de 2005 – Governo inicia desapropriação de terras pertencentes a fazendeiros brancos como parte do programa de reforma agrária.

2009 – Hifikepunye Pohamba é reeleito presidente para mais um mandato.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987 – Visita de Dr. Sam Nujoma ao Brasil como líder da SWAPO, quando foi recebido pelo Presidente José Sarney, março.
1989 – Abertura do Escritório de Observação do Governo brasileiro em Windhoek, novembro.
1990 – Criação da Embaixada do Brasil em Windhoek e apresentação de credenciais do primeiro Embaixador brasileiro (Mario Augusto Santos).
1991 – Visita do Presidente Fernando Collor a Windhoek (setembro).
1994 – Assinatura de Acordo de Cooperação Naval, 4 de março.
1995 – Visita do Ministro de Negócios Estrangeiros, Theo Ben-Gurirab, para Reunião da Comissão Mista, Brasília.
1995 – Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica.
1995 – Visita oficial do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, (Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro).
1999 – Visita de Estado do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, Brasília.
2001 – Assinatura de Acordo sobre Cooperação Naval.
2003 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Windhoek.
2003 – Abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília.
2003 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Windhoek.
2004 – Visita de trabalho do Presidente Sam Nujoma, São Paulo.
2005 – Visita do Vice-Presidente José Alencar a Windhoek para a posse do Presidente Hifikepunye Pohamba.
2008 – Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, a Brasília.
2009 – Visita oficial do Presidente Hifikepunye Pohamba.

- 2009 – Visita do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à Namíbia. Assinatura de Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa.
- 2011 – Visita do Ministro Antônio Patriota a Windhoek (julho); realização da II Reunião da Comissão Mista (11-12 de julho).
- 2012 - Visita do Ministro Utoni Nujoma a Brasília (maio)

ACORDOS INTERNACIONAIS

Acordo para Dispensa de Visto com Passaporte Diplomático, de Serviço ou Comum	29/10/1992	28/11/1992
Acordo de Cooperação (Acordo Naval)	04/03/1994	Substituído
Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/03/1995	18/09/1998
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	07/03/1995	18/10/1998
Acordo sobre Cooperação Naval (substituiu o Acordo de 1994)	03/12/2001	11/07/2003
Memorandum de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil	19/03/2003	19/03/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Urbano	29/09/2003	29/09/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apóio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia"	07/11/2003	07/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas na Namíbia"	07/11/2003	07/11/2003
Memorando de Entendimento nas Áreas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	07/11/2003	Vigência de 5 anos, a partir de 07/11/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural entre Instituições de Patrimônio Histórico	07/11/2003	07/11/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação de Esporte	07/11/2003	07/11/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	07/11/2003	07/11/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional	08/11/2003	08/11/2003
Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	17/09/2008	17/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Gestão de Resíduos Sólidos"	20/05/2011	20/05/2011
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	01/06/2009	Em ratificação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apóio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia – Fase II"	14/07/2011	14/07/2011

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS

QUADROS COMPARATIVOS DO INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL COM FONTE BRASILEIRA E ESTRANGEIRA

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte: MDIC

BRASIL - NAMÍBIA	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	17,2	23,6	52,4	19,6	26,6
Exportações brasileiras para Namíbia (fob)	16,5	22,9	52,4	19,4	24,3
Importações brasileiras procedentes de Namíbia (fob)	0,7	0,7	0,0	0,2	1,3
Saldo	15,8	22,2	52,4	19,2	23,0

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte de Namíbia

NAMÍBIA - BRASIL	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾	2011 ⁽¹⁾
Intercâmbio	15,9	25,4	52,0	19,6	25,6
Exportações de Namíbia para o Brasil (fob)	0,05	0,1	0,0	0,2	1,3
Importações de Namíbia procedentes do Brasil (cif)	15,8	25,3	52,0	19,4	24,4
Saldo	-15,7	-25,2	-52,0	-19,2	-23,1

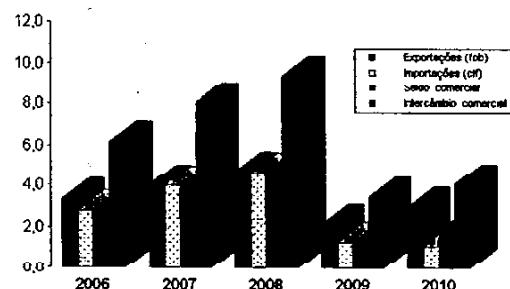
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, December 2011.

(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

NAMÍBIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	3,4	4,0	4,7	2,1	3,0
Importações (cif)	2,8	4,0	4,7	1,3	1,1
Saldo comercial	0,6	0,0	0,0	0,8	1,8
Intercâmbio comercial	6,2	8,1	9,4	3,4	4,1

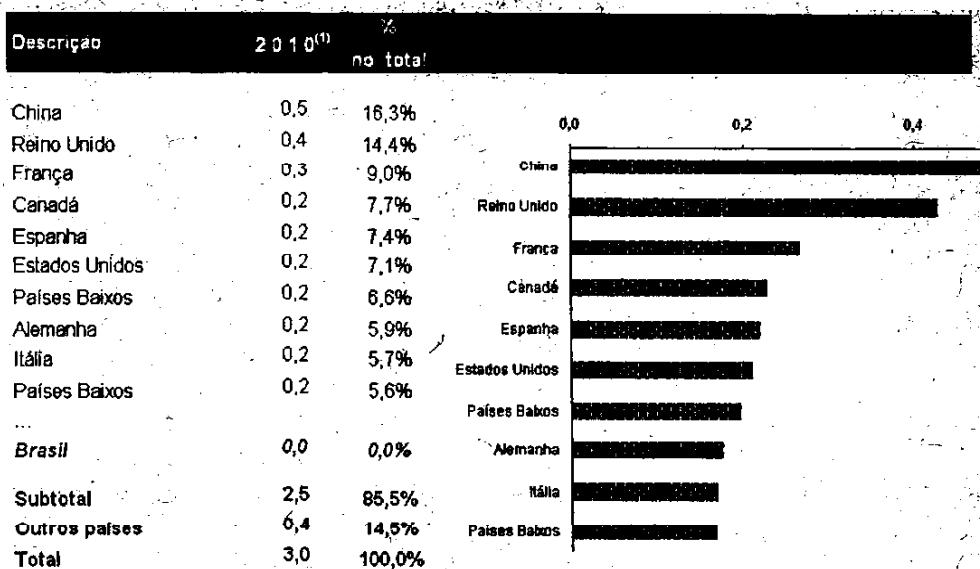
(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.



O comércio exterior da Namíbia apresentou, em 2010, um declínio de 34% em relação a 2006, passando de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 4,1 bilhões. No ranking do FMI a Namíbia figurou como o 147º mercado mundial.

NAMÍBIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

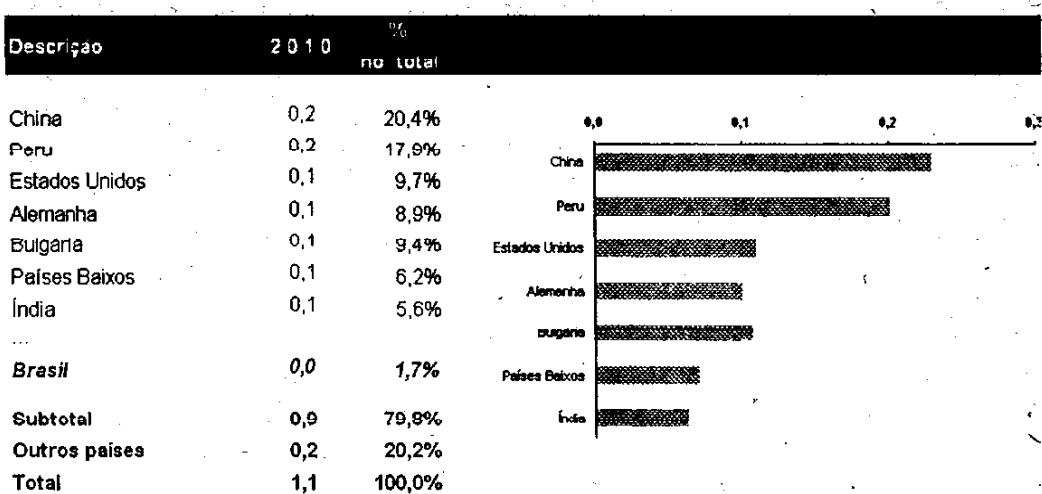


(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

As exportações da Namíbia à China e ao Reino Unido representam em torno de 30% da pauta em 2010⁽¹⁾. O Brasil obteve o 60º lugar entre os principais destinos em 2010.

NAMÍBIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões



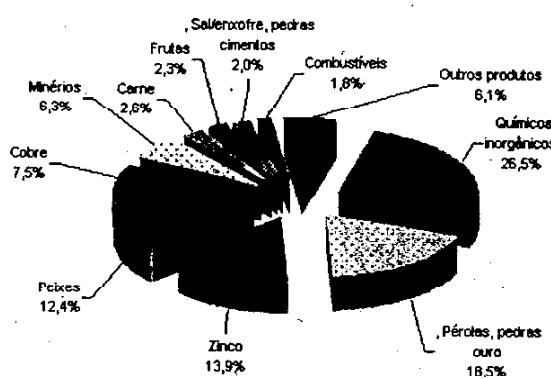
(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

China, Peru e Estados Unidos são os principais fornecedores de bens a Namíbia, em 2010⁽¹⁾ responderam por 48% do total. O Brasil posicionou no 12º lugar, com 1,7% da demanda importadora do país.

NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Químicos inorgânicos	26,5%
Pérolas, pedras, ouro	18,5%
Zinco	13,9%
Peixes	12,4%
Cobre	7,5%
Minérios	6,3%
Came	2,6%
Frutas	2,3%
Sal/enxofre, pedras, cimentos	2,0%
Combustíveis	1,8%
Subtotal	93,9%
Outros produtos	5,1%
Total	100,0%



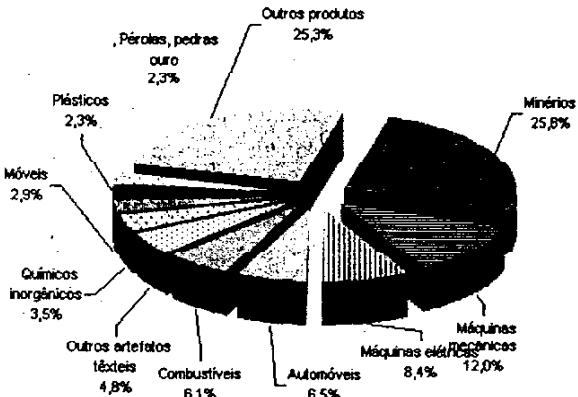
Fonte: Banco Mundial - World Bank

Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: químicos-inorgânicos (27%); pérolas, pedras e ouro (19%); zinco (14%); peixes (12%); cobre (7,5%). Esses itens em conjunto somaram 79% da pauta em 2010.

NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Minérios	25,8%
Máquinas mecânicas	12,0%
Maquinas elétricas	8,4%
Automóveis	6,5%
Combustíveis	6,1%
Outros artefatos têxteis	4,8%
Químicos inorgânicos	3,5%
Móveis	2,9%
Plásticos	2,3%
Pérolas, pedras, ouro	2,3%
Subtotal	74,7%
Outros produtos	25,3%
Total	100,0%



Fonte: Banco Mundial - World Bank

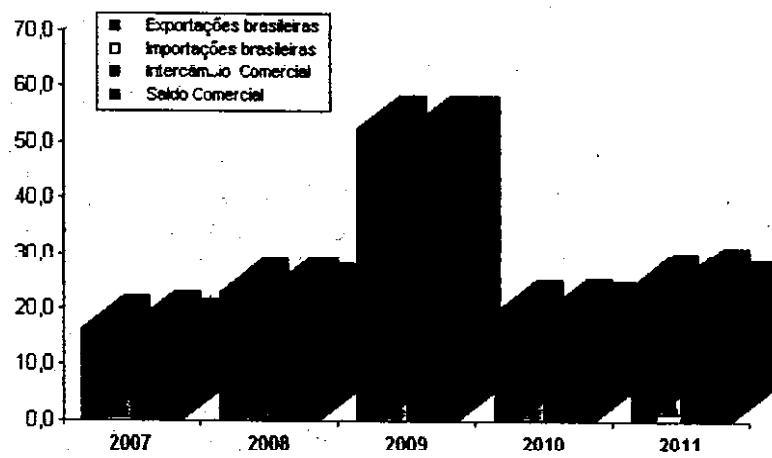
Os principais produtos importados pela Namíbia em 2010 foram: minérios (26%); máquinas mecânicas (12%); máquinas elétricas (8%); automóveis (6,5%); combustíveis (6%).

BRASIL-NAMÍBIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRICAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	16,5	22,9	52,4	19,4	24,3
Variação em relação ao ano anterior	31,0%	38,8%	128,8%	-63,0%	25,3%
Importações brasileiras	0,7	0,7	0,0	0,2	1,3
Variação em relação ao ano anterior	503,6%	3,0%	-99,7%	10800,0%	479,4%
Intercâmbio Comercial	17,2	23,6	52,4	19,6	25,6
Variação em relação ao ano anterior	35,1%	37,2%	122,5%	-62,6%	30,3%
Saldo Comercial	15,8	22,3	52,4	19,2	23,0

Elaborado pelo INMB/MDIC - Órgão de Inteligência e Monitoramento das Relações Externas do MND/SECEX/Ministério das Relações Exteriores

A Namíbia foi o 142º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 49%, passando de US\$ 17 milhões, para US\$ 26 milhões, sendo 47% nas exportações e 89% nas importações. A participação da Namíbia no comércio exterior brasileiro foi de 0,01% em 2011.

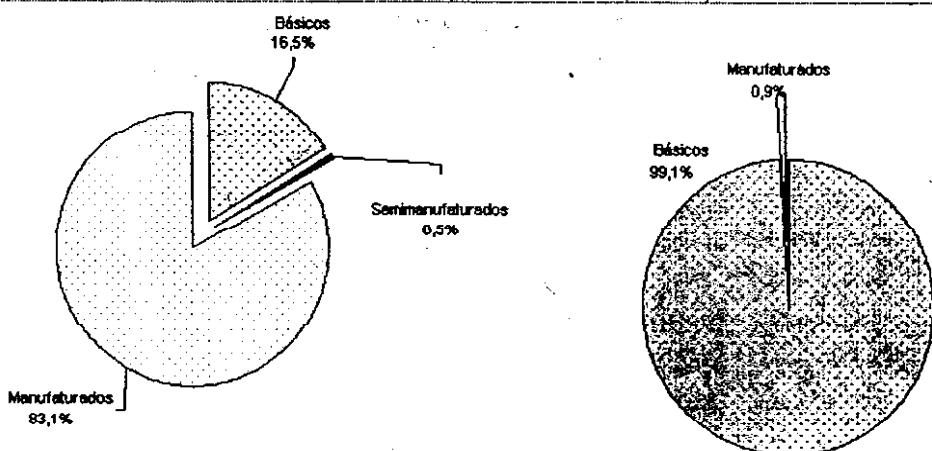


BRASIL-NAMÍBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2011

DESCRÍÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	4,0	16,5%	1,2	99,1%
Semimanufaturados	0,1	0,5%	0,0	0,0%
Manufaturados	20,2	83,0%	0,0	0,9%
Total	24,3	100,0%	1,2	100,0%

Fonte: Banco Mundial (World Bank) - PÁGINA DA ÁFRICA DO SUL (www.worldbank.org/africa/south-africa)

As exportações brasileiras para a Namíbia são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 83,1% das vendas em 2011, em seguida foram os básicos com 16,5% e os semimanufaturados com 0,5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representados pelos peixes e sementes foram quase a totalidade dos bens importados com 99,1% da pauta.



BRASIL-NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCR. CAO	2011				Exportações brasileiras para Namíbia, 2011
	2009	2010	Valor	% no total	
Embarcações flutuantes	23,8	0,0	6,0	24,7%	6,0
Móveis	7,3	7,6	4,9	20,1%	4,9
Açúcar	9,8	2,3	2,9	11,9%	2,9
Máquinas mecânicas	0,6	1,5	2,8	10,8%	2,8
Carnes	1,4	1,3	2,6	10,6%	2,6
Cereais	0,0	0,4	1,4	5,7%	1,4
Automóveis	0,1	0,0	1,2	4,7%	1,2
Cerâmicos	0,3	0,4	0,4	1,7%	0,4
Outros artefatos têxteis	0,0	0,2	0,1	0,6%	0,1
Instrumentos médicos	0,0	0,0	0,1	0,4%	0,1
Subtotal	43,2	13,7	22,2	91,2%	
Outros produtos	9,2	5,7	2,1	8,8%	
Total	52,4	19,4	24,3	100,0%	

As exportações para a Namíbia são bem diversificadas, sendo embarcações flutuantes o principal produto da pauta em 2011 (25%), os demais em destaque foram: móveis (20%), açúcar (12%), máquinas mecânicas (11%), carnes (11%), juntos somaram 78% da pauta.

BRASIL-NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCR. CAO	2011				Importações brasileiras originárias de Namíbia, 2011
	2009	2010	Valor	% no total	
Peixes	0,0	0,2	1,0	77,2%	1,0
Sementes	0,0	0,0	0,3	21,6%	0,3
Subtotal	0,0	0,2	1,2	98,8%	
Outros produtos	0,0	0,0	0,0	1,2%	
Total	0,0	0,2	1,3	100,0%	

As importações brasileiras originárias da Namíbia foram representadas basicamente por dois produtos no ano de 2011: peixes com 77% da pauta em 2011 e sementes com 22%.

Aviso nº 715 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.